História Ambiental: Memória e Migrações

Entrevista com os pesquisadores: **Roberto Marinucci e Gilmar Arruda**, concedida via e-mail para Marciana Santiago de Oliveira[1] e Ilsyane do Rocio Kmitta[2].

Sobre os autores:

Prof. Dr. Gilmar Arruda: Doutor em História (UNESP - Assis -1997). Professor da Universidade Estadual de Londrina desde 1987. Participa do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em História da UEL, do Laboratório de Ensino de História/UEL. Foi editor da Revista História e Ensino e da revista Antíteses. Desenvolveu estágio de pós-doutoramento na UFPR, (2008/2009) no programa Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento. No ano de 2013 realizou estágio de pósdoutoramento no CES - (Centro de Estudos Sociais-Universidade de Coimbra) com a temática História ambiental, turismo e reapropriações do rural: uma perspectiva comparada Brasil e Portugal, com apoio financeiro da CAPES. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império e República, atuando principalmente nos seguintes temas: história ambiental, fronteiras, natureza, território, memória, identidade. É autor de vários artigos, capítulos e livros como *A natureza dos rios; história , memória e territórios* (UFPR); *Natureza, Fronteiras e Territórios: imagens e narrativas* (EDUEL); Cidades *e Sertões: entre a história e a memória* (EDUSC); *Natureza na América Latina: apropriações e representações* (orgs.) (EDUEL); *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira* (EDUEL); *História Ambiental no sul do Brasil:apropriações do mundo natural* (orgs.) (ALAMEDA), entre outros.

Prof. Dr. Roberto Marinucci: Possui graduação em Teologia pela Pontificia Università Lateranense (1991) e mestrado em Missiologia pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção de São Paulo (1995). Atualmente é pesquisador do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM e diretor da Revista REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana[3]. Tem experiência na área de Teologia, com ênfase em Teologia Pastoral, atuando principalmente nos seguintes temas: migrações internacionais, pastoral

[1]Aluna do Curso de Especialização em Pastoral da Mobilidade Humana pelo Scalabrini International Migration Institute e mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Grande Dourados PPGH/UFGD (marcianasantiago@hotmail.com).
[2]Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Grande Dourados PPGH/UFGD. Editora Geral da Revista Eletrônica História em Reflexão. (kmitta.sy@gmail.com).
[3]*Site*: http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/index

migratória, migração e religião, missiologia, ecumenismo e diálogo interreligioso. É autor de vários artigos e capítulos de livros sobre os estudos migratórios, entre eles: *Feminization of migration*. REMHU (Brasília), v. XV, p. 5-22, 2007; *Proteger os migrantes forçados ou proteger-se deles?*. REMHU (Brasília), v. 22, p. 07-09, 2014.; *Caminhos da Igreja junto a migrantes e refugiados. Representações sociais e desafios pastorais. REB. Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 278, p. 331-354, 2010; *A migração dos deuses: as migrações internacionais e a questão religiosa contemporânea*. In: Glória Maria Santiago Pereira; José de Ribamar Sousa Pereira. (Org.). Migração e Globalização: um olhar interdisciplinar. Curitiba: CRV, 2012, v. , p. 189-208; *Xenofobia ou "misoxenia"? Leitura das fichas da PF na perspectiva dos direitos humanos.* In: Roberto Marinucci; Yara Farias; Terezinha Santin mscs. (Org.). Trajetórias interrompidas. 1ed. Brasília: CSEM/IMDH/PBE, 2009, v. , p. 69-76. Entre os livros organizados, destaca-se: V*idas em trânsito. Mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos*. Brasília: CSEM, 2011 e *Trajetórias interrompidas. Cidadãos brasileiros deportados e não admitidos*. 1. ed. Brasília: CSEM/IMDH/PBE, 2009.

Informações retiradas do *currículo lattes* dos professores entrevistados.

DA HISTÓRIA AMBIENTAL:

HR: Poderia contextualizar historicamente a relação sociedade natureza para o e no Brasil, apontando a contribuição interdisciplinar na produção historiográfica e como tais pesquisas e/ou produções podem influenciar na discussão sobre o meio ambiente?

GA: Essa é uma intricada pergunta, pois envolve uma das mais difíceis questões, em meu entendimento, da historiografia que é a relação entre história e identidade. A natureza tornou-se, para a sociedade brasileira, parte essencial da construção de sua identidade enquanto nação e povo. De tal maneira, que parece suplantar a própria agência humana, tornando-a secundária, ou incapaz de ´escrever sua própria história´. Em outras palavras, tudo aqui é natureza. Vários intérpretes, talvez o mais importante, entre eles, seja Sergio Buarque de Holanda, já demonstraram como a natureza teria se transformando nessa fonte de identidade. Em resumo, um mito de origem. Eric J. Hobsbawm, afirmava que uma das maiores tarefas dos historiadores seria a de destruir mitos. Nesse sentido, as relações dos humanos com a natureza torna-se o principal tema para a análise da sociedade brasileira. A história ambiental pode contribuir para superar esse mito, transformando a natureza, do pano de fundo do palco da história no qual os humanos encenam suas ações, em um dos atores da peça chamada Brasil.

É interessante explicar melhor fazendo um pequeno retrospecto do surgimento desse campo específico da historiografia e seu crescimento no Brasil.
Não cabe mostrar as diferentes matrizes e percursos, tanto teóricos como historiográficos, que resultaram na formação desse campo da historiografia; me limitarei a indicar alguns autores brasileiros que já escreveram sobre isso, como por exemplo, José Augusto Pádua, José Augusto Drummond e Regina Horta Duarte. Em linhas gerais, podemos encontrar contribuições vindas da Europa, especialmente a de Fernand Braudel, com seu estudo sobre o Mediterrâneo e outras originárias dos Estados Unidos. Foi na América do Norte que este campo mais se desenvolveu, tendo já nos anos de 1970, surgido uma associação de estudos históricos e uma revista com esse nome: História Ambiental. O nome mais referenciado seria o de Donald Worster, considerado um dos fundadores, mas também aparecem nomes como Roderick Nash, William Cronon, etc.
Donald Worster, em particular, é um nome importante para os brasileiros, pois o artigo `*Para fazer a história ambiental´*, traduzido por José Augusto Drummond, foi um dos primeiros, se não o primeiro, texto traduzido e publicado aqui no Brasil no início dos anos de 1990. Os pioneiros nesse campo no Brasil foram, sem dúvida, José Augusto Pádua e José Augusto Drummond, embora alguns mencionem Sérgio Buarque de Holanda, como um precursor. Desde então, esse campo se ampliou e, hoje, encontramos grupos e pesquisadores espalhados por todo o Brasil, com maior presença e destaque no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Belo Horizonte, etc.
Mas qual a novidade desse campo? Afinal a natureza sempre esteve presente e, no caso da historiografia brasileira, aparece muito fortemente em vários escritores como Gilberto Freyre, Capistrano de Abreu e Caio Prado Jr. Mas como dizia Worster, trata-se não apenas fazer uma descrição do cenário natural no qual atua os humanos, mas sim perceber que esse cenário não é inerte, possui um grau de agência que condiciona e é condicionado pela ação humana. Em resumo trazer a natureza para a cena concreta da história.
Voltando agora a outra parte da pergunta, o da interdisciplinaridade. Desde o início, o diálogo com outras disciplinas esteve presente nos estudos desse campo, o que inclusive pode ser percebido nos escritos de Braudel e de Worster. Claro que existem muitos níveis que pode ser considerado no campo da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, etc. Alguns colegas chegaram a propor que a história ambiental, seria um novo campo de estudos, não mais apenas um diálogo da história com outras disciplinas. José Augusto Drummond mencionou que poderia ser chamado de ciência socioambiental. De qualquer forma, a utilização de outras disciplinas pelos historiadores não é novidade, o que pode ser considerado novo é o recurso para além das ciências sociais e econômicas. O diálogo primordial está ocorrendo com a ecologia, enquanto campo científico, com as ciências naturais e físicas. Isso pode ser percebido desde o recurso da escrita, no qual os textos de história ambiental incluem os nomes científicos de plantas e animais, até a incorporação de dinâmicas tróficas de determinado ecossistema, para encontrar explicações para determinadas ações humanas.

Tomemos um exemplo, o da água na cidade de São Paulo. Janes Jorge fez uma pesquisa na qual estudou as relações que os habitantes daquela cidade mantiveram com os rios entre meados do século XIX e a metade do XX. Nela, Jorge recorre à análise de recursos minerais existentes na sua bacia, como a argila, a mapas e cartográfica, índices pluviométricos, de cheias, etc. Mas também recorre aos tradicionais documentos históricos: jornais, fotos, relatórios, projetos, etc. Esse estudo, por exemplo, contribui para discussão pública sobre a relação entre humanos e natureza, a chamada questão ambiental, na medida em que demonstra claramente que a atual situação dos cursos d´água na cidade e, portanto, da carência de água, foi resultado de concretas apropriações que os humanos fizeram no passado: ocupando margens, que eram áreas de inundação periódicas; utilizando suas corredeiras para produção de energia; mudando o curso para acelerar a velocidade das águas, com o intuito de carregar mais detritos, etc. Mas, como dizia Hobsbawm, a possibilidade de estudos como o de Janes Jorge, influenciar as decisões públicas é baixa, como pode ser percebido na cidade de São Paulo. O poder público e o poder privado continuam a projetar intervenções ´industrializantes´ sobre o mundo natural: mais represas, mais dutos, etc. Os cursos d´água são vistos como ´máquinas orgânicas´, o que resta é apenas saber operá-las. Trata-se de uma perspectiva ampla na qual vemos a sociedade separada da natureza, como se ela não existisse, ou fosse apenas uma ´paisagem´.

HR: Quais as aproximações e distanciamentos de temas como: migrações, *memória e meio ambiente* nos estudos interdisciplinares? Poderia falar de trabalhos e/ou pesquisas sobre a História Ambiental no mundo atlântico e influencia das migrações na modificação das paisagens e consequências advindas?

GA: Considero que um dos pressupostos do campo da história ambiental, pelo menos na forma com a qual eu a entendo, é que nossos estudos envolvem o conceito de populações humanas e não humanas. As relações entre as populações humanas, não humanas e os demais componentes do mundo natural, a parte dita inanimada, se dá quando com os movimentos e/ou estabelecimento dessas populações. Em suas caminhadas e deslocamentos, os grupamentos humanos carregam suas ´biotas culturais´, ou seja seus animais domesticados; suas sementes preferidas; caçam, pescam, criam, cultivam espécies preferidas e/ou mais abundantes. Outras tantas espécies viajam com os humanos como "caronas" indesejadas ou clandestinamente. Vírus, sementes, bactérias, etc. Podemos citar alguns autores, como Warren Dean em estudo sobre a borracha e o da Mata Atlântica. Outro que, de certa maneira, responde a questão do mundo Atlântico, o estudo de Alfred Crosby sobre a transposição do mundo europeu para as ´colônias´, não só do Atlântico. Nessa travessia, não somente humanos vieram, mas todo um conjunto espécies animais e vegetais, voluntariamente ou involuntariamente, foram transferidos de um lado para o outro dos oceanos, desencadeando

grandes transformações no mundo natural da paisagem natural nas quais esses humanos ´europeus´ aportaram. É visível na paisagem, não necessitando estudar os aspectos microscópicos, como a introdução de doenças e/ou parasitas, a transformação provocada por essas novas populações em parte do território, ou por todo o território brasileiro. As consequências, para além do desparecimento de inúmeras espécies foi também, como já demonstrou Warren Dean, o soterramento ideológico de populações e seus conhecimentos sobre o mundo natural.

As migrações, forçadas ou não, provocam como é conhecido, uma ruptura de sociabilidade e de experiências com a concretude natural no qual vivia a população em movimento. Quando essas populações se instalam em um novo lugar, muitas vezes em um ambiente natural radicalmente distinto do originário, como o ocorrido quando do deslocamento dos milhões de europeus para o continente americano entre meados do século XIX e o XX, elas procuram reconstruir, ou construir uma paisagem, uma sociabilidade através da introdução de novas espécies, procurando tornar o novo mundo em algo semelhante, ou próximo, ao pretérito. É a memória coletiva que orienta essas práticas, fundindo-se, ou incorporando, no processo, com as novas realidades e elementos naturais. Alguns estudos sobre a instalação de populações migrantes no sul do Brasil trazem evidências desse processo de construção de paisagem a partir da memória coletiva. Isso pode ocorrer em uma curta temporalidade, mas pode se estender em uma temporalidade larga, quando a população em deslocamento é menor. Francisco Noelli demonstrou para o Brasil, como o deslocamento de populações originárias do norte/centro-oeste para o sul, carregou consigo algumas espécies de palmeiras.

HR: Em meados do Século XIX, o modo de produção adotado induz mudanças na percepção das relações entre sociedades e natureza. Fale-nos um pouco sobre essas alterações e como estão relacionadas com as categorias de deslocados ambientais e racismo ambiental.

GA: Parece ser consenso entre os historiadores, notadamente os envolvidos com o campo da história ambiental, que a revolução industrial e a expansão do capitalismo transformou radicalmente a percepção e apropriação do mundo natural. Entretanto, as bases da concepção que torna o mundo natural distinto da cultura é anterior e, de certa forma, justificou a transformação do mundo natural em recurso natural, em matéria prima, na sociedade capitalista.

Na medida em que a demanda de ´matéria prima´ aumentava exponencialmente com a expansão do industrialização da produção, a procura pelos ´recursos naturais´, atingiu a escala planetária. Embora, alguns historiadores apontam que esse processo teria se originado com a expansão europeia no século XV e XVI, a pressão pela mudança de usos dos territórios, seja com a chegada de novas populações, a procura de espaço natural para se instalar, ou seja, pela exploração das matérias primas provocou a migração forçada das populações originais ao redor do mundo. Podemos nomear esses deslocamentos, desde o século XVI, como deslocamentos ambientais. A

disputa por território leia-se, os “recursos” desses territórios, está na sua origem. Os estudos de etnohistória tem demonstrado a movimentação populacional desencadeada pela chegada dos europeus no território americano. Esses ´deslocamentos ambientais´ continuam a ocorrer, quer seja nas fronteiras da região da floresta amazônica, nas grandes obras de infraestrutura, como hidrelétricas, quer seja no sul do estado do Mato Grosso do Sul, onde encontra-se uma tensa situação de disputa de territórios – entre o modelo da propriedade privada, inerente a sociedade moderna, da sociedade capitalista e formas de apropriação da natureza radicalmente oposta, partilhada pelas populações originárias, ou indígenas. Uma das formas usadas para a negação de direitos, pode ser nomeada de ´racismo ambiental´, não validando, ou legitimando, conhecimentos e práticas daquelas populações em relação ao mundo natural. Em relação aos ´deslocamentos ambientais´ é preciso também pensar em outra noção, a de ´desastres socioambientais´. Com a percepção, cada vez mais corrente, do ´aquecimento global´ e suas consequências, como enchentes, tufões, secas, etc, cada vez mais populações, em vários lugares do mundo, são obrigadas a se deslocar porque seus ambientes de vivência ficaram inviabilizados. Não se trata apenas de ´desastres ambientais´, que ocorrem independentemente da ação humana, mas de consequências da ação humana, seja acelerando ou ampliando determinados processos tróficos, como ´aquecimento global´, seja porque populações se instalam em áreas sujeitas a esses desastres. Podemos dar um exemplo, o grande incêndio ocorrido no estado do Paraná, em 1963. Milhões de hectares de terra queimados, florestas, casas, etc destruídos. Os incêndios ocorrem em áreas florestais, mas naquele ano, a junção de seca e geada transformou as paisagens construídas pelos humanos, os cafezais e pastagens, em combustível para a propagação dos incêndios. Tornou-se, assim, em desastre socioambiental com milhares de deslocados ambientais.

Conceitos como ´deslocados ambientais´ e ´racismo ambiental´, assim como a própria história ambiental, surgiram de movimentos sociais, de ativismo político e, por isso, em determinado momento, precisam serem avaliados se são ou não operacionais para o campo da pesquisa histórica. Por outro lado, a própria emergência dessas junções, entre racismo e ambiente, ou entre justiça e ambiente, associados a lutas sociais por construção e ampliação de cidadania, formas de lutas que foram anteriormente definidas como de classe, de gênero, ou de etnias, é uma evidência de novas percepções e usos da ideia de natureza.

HR: Existem ainda muitas resistências para avançar nas discussões que envolvem as questões ambientais no cotidiano e no debate político, seja na política interna ou na diplomacia. Como se explica isso, sabendo que a questão ambiental está inserida nas mais variadas dimensões, contextos e implicações decorrentes do modo de produção atual.

GA: Essa é uma pergunta que não admite uma simples resposta e, também, envolve as perspectivas políticas de cada indivíduo. Alguns pensadores, bem

como parte dos movimentos ambientalistas, afirmam que as resistências, bem como a própria origem das chamadas questões ambientais, ou crise ambiental, estaria no pensamento moderno que teria separado a natureza da cultura, transformando aquela em objeto de dominação e usufruto, como ´recurso natural´ ou matéria prima. Outros vão além, e afirma que a origem da crise estaria nas religiões históricas e sua forma de conceber o mundo natural como algo colocado para servir o homem, o rei do universo.

O irônico do que se considera resistência ao debate é que a causa da natureza não tem opositores. Não se encontra ninguém contra preservar a natureza, no entanto, os seus usos predatórios continuam.

É uma equação difícil e não resulta em soma zero, pois os seres humanos, como quaisquer outros, necessitam de energia para sobreviver. Essa energia advem, como é obvio da queima de produtos da natureza, seja em forma de alimento, seja em forma de produção de calor, etc.

Além disso, os padrões de consumo, construídos por diversas sociedades, notadamente a europeia e norte-americana, se tornaram referência para o restante da população mundial. Não existe possibilidade material para que todos os habitantes humanos da terra alcancem o mesmo padrão material de vida. Esse argumento, usado por José Eli Veigas, nos dá a dimensão do problema político sobre a questão ambiental: como superar os padrões de vida extremamente pobres sem ampliar a demanda por recursos naturais? Ou de outra forma: a minoria que alcançou aquele padrão de vida dos países do norte estaria disposta a abrir mão de consumo e conforto material para diminuir a pressão sobre a natureza?

Outro argumento, talvez mais importante, é a essência do processo econômico capitalista, a transformação da natureza em produtos. A terra, que de forma nenhuma é fabricada pela ação humana, é transformada na mercadoria propriedade privada, a paisagem, uma das formas simbólica e abstrata de apropriação do mundo natural, torna-se mercadoria, intangível, vendida a peso de ouro pelo turismo e pelo mercado imobiliário. Quanto vale uma paisagem do por do sol na praia, ou a vista de uma montanha, de um lago, etc? As resistências, portanto, estão na própria forma de constituição da nossa sociedade.

HR: Palavras e/ou considerações finais:

GA: A expansão do campo da história ambiental no Brasil, que pode ser percebido pelo aumento de grupos de pesquisa, publicações, tem colocado na cena da historiografia algumas questões importantes para o entendimento da constituição da sociedade brasileira. Sem sombra de dúvida, uma delas, é

aquela mencionada no início da entrevista, seremos, nós os brasileiros, só natureza? As pesquisas nesse campo tem procurado destruir alguns mitos sobre as relações dos humanos com a natureza. Um dos mais persistentes é o de uma natureza pristina intocada, virgem, equilibrada que está sempre ameaçada pela espécie humana. Em termos de Brasil, esse mito se amplia incorporando a ideia de que a chegada dos europeus destruiu a convivência equilibrada das populações originárias com o mundo natural. Após isso, a história brasileira é marcada por uma sucessão de depredação e degradação do ambiente. Exemplo disso teria sido o destino da Mata Atlântica. As pesquisas no campo da história ambiental, e outros campos disciplinares com os quais dialoga, demonstram que a natureza não era virgem e nem é equilibrada. Muitos aspectos naturais, que na paisagem definimos como sendo naturais são de origem humana, ou seja, resultado da atividade humana, como por exemplo, as terras negras da Amazônia. Então, acredito que a grande contribuição que a história ambiental tem trazido para o debate público é o de demonstrar as marcas da ação humana, onde, até então, só se via a natureza.

Respondida via e-mail no dia: **15/06/2015**

DAS MIGRAÇÕES:

HR: Poderia contextualizar historicamente as características das migrações para o e no Brasil, apontando para as diferenças e semelhanças entre os "velhos" e os "novos" fluxos migratórios?

RM: O Brasil é comumente considerado um país de migrantes. A mobilidade humana caracterizou a história do país, que moldou sua identidade – ou suas identidades – a partir da contribuição dos diferentes povos que chegaram em suas terras, bem como da interação e das hibridações entre eles. Os deslocamentos populacionais, sempre bastante intensos, estiveram relacionados no período colonial com a imigração portuguesa e o tráfico de escravos africanos (estima-se em 4 milhões o número de escravos trazidos para o Brasil), além da mobilidade interna dos povos indígenas. Fluxos migratórios ocorreram também em decorrência de ciclos econômicos, com deslocamentos massivos raramente planejados.
Um período marcante dos deslocamentos populacionais para o Brasil ocorreu entre 1872 e 1929 quando cerca de 4,1 milhões de estrangeiros entraram no país, sobretudo em São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro: imigrantes italianos (1,5 milhão), portugueses (1,2 milhão),

espanhóis (574 mil), alemães (165 mil) e japoneses (85 mil), entre outros. Neste período, a transição do trabalho escravo para o trabalho "livre" ocorreu mediante a "importação" planejada de mão de obra estrangeira, sobretudo europeia. Esta época de grande imigração se esgotou ao redor dos anos 30 do século XX, quando novas dinâmicas internas começam a nortear os deslocamentos populacionais. Por um lado começa o gradativo processo de *urbanização*, com a migração do campo para a cidade e, por outro, continua a assim chamada *interiorização* ou ocupação de novas fronteiras agrícolas para fins de agricultura familiar ou comercial.

Nas últimas décadas ocorreram importantes modificações nas migrações internas, provocadas, sobretudo pelo esgotamento da fronteira agrícola e a desconcentração relativa da indústria. Registra-se um expressivo aumento da população nas cidades médias, a redução dos fluxos migratórios de longa distância e o fenômeno do retorno de migrantes em suas terras de origem. Além disso, num contexto de desenvolvimento e barateamento dos meios de comunicação e transporte, a migração deixa de ser algo definitivo, para se transformar numa etapa de transição, um *modus vivendi* caracterizado pela mobilidade circular, rotativa ou permanente.

Mas o dado mais expressivo da atualidade é representado pela "nova imigração". Há alguns anos, devido à relativa estabilidade da economia do país, ao baixo desemprego, à imagem positiva que o Brasil tem enquanto país acolhedor, à crise e às políticas de securitização de tradicionais polos de atração, registrou-se o aumento expressivo da imigração de outros países da América Latina, bem como de Bangladesh, Senegal, Gana, Síria, entre outros. Além disso, é conhecido o intenso fluxo de haitianos que desde 2010, ano do desastre sísmico, entram no país de forma regular ou irregular. Esta nova imigração representa um desafio por sua diversidade étnica, cultural e religiosa. Um desafio que pode enriquecer o Brasil, desde que a lógica da acolhida e da solidariedade prevaleça sobre a xenofobia e a intolerância.

HT: Entendemos que as migrações estão inseridas em múltiplas dimensões, contextos e possibilidades de análises. Diante disso, qual o entendimento do professor sobre as implicações das migrações mediante ao modo de produção que vivemos atualmente.

RM: Existem muitas teorias migratórias que tentam explicar as razões da mobilidade humana. No entanto, nenhuma delas conseguiu oferecer uma explicação exaustiva. Na realidade, as migrações constituem um fenômeno pluricausal, decorrente da interação de fatores individuais, sociais e estruturais.

Seja como for, a dimensão econômica representa um dos aspectos mais enfatizados pelas teorias migratórias. Muitos migrantes – os assim chamados migrantes econômicos – se deslocam, nas palavras de Bauman, em busca da sobrevivência biológica – é o caso das pessoas que vivem na miséria – ou da sobrevivência social – é caso das pessoas que buscam melhores condições de vida. É evidente que um sistema econômico que tende a concentrar riquezas acaba incentivando os deslocamentos populacionais. É bom lembrar que, conforme a ONG britânica Oxfam International, em 2016, 1% da população mais rica do mundo possuirá mais da metade da riqueza do planeta. O economista Piketty recentemente tem demonstrado o constante aumento da concentração de riqueza no sistema capitalista mundial. Não se pode estranhar, portanto, se os excluídos do sistema econômico recorram ao deslocamento geográfico em busca de algumas migalhas. Na realidade, as desigualdades econômicas são um aspecto fisiológico do sistema capitalista. Em outros termos, para que uma minoria da população mundial possa manter um determinado "nível de poluição e depredação de recursos naturais" é necessário que a maioria da população mundial seja excluída, pois o planeta terra não suportaria o impacto. Nesta ótica, as migrações representam uma forma de resistência e de superação das injustiças de um sistema excludente e injusto.

HR: Poderia comentar sobre a categoria analítica: *feminização das migrações*?

RM: A literatura específica sobre migrações internacionais, nos últimos anos, tem destacado o crescimento da migração feminina. Com a expressão "feminização das migrações", em geral, costuma-se identificar três fenômenos: i) o aumento quantitativo das mulheres migrantes, ii) a mudança do perfil e iii) a maior visibilidade do universo feminino no âmbito migratório.
No que diz respeito à primeira questão, os últimos dados da ONU, referentes a 2013, mostram que as mulheres representam 48% do total de migrantes internacionais. Em muitas áreas geográficas como Europa, América Latina e Caribe, América do Norte e Oceania, as mulheres já representam mais da metade dos migrantes. Em termos gerais diferentes variáveis podem interferir na configuração desses fluxos migratórios femininos: as demandas do mercado de trabalho, as leis imigratórias, a formação de redes migratórias, as migrações forçadas e, inclusive, as estruturações de gênero e características culturais tanto nos países de chegada quanto naqueles de saída.

Essas ponderações nos levam para o segundo sentido da expressão feminização das migrações: a mudança do perfil da mulher migrante. Se no passado, mães, filhas ou irmãs costumavam acompanhar ou se reunir com os homens que viajavam para o exterior, hoje cresce cada vez mais o número de mulheres com um projeto migratório individual, que se deslocam por razões de trabalho. Essa nova tipologia de migração feminina, por vezes, é consequência da emancipação alcançada pelas mulheres nas últimas décadas; já em outros casos, o deslocamento geográfico visa, justamente, essa emancipação. Mas nem sempre isso é verdadeiro. Com frequência, as mulheres, embora migrem sozinhas, carregam um projeto migratório familiar: elas devem sustentar os familiares com suas remessas. A incorporação no espaço produtivo, portanto, não elimina a responsabilidade em relação àquele reprodutivo. Essa responsabilidade as coloca em uma situação de vulnerabilidade e, não raramente, as obriga a aceitar duras condições de trabalho e tolerar violações hediondas dos próprios direitos a fim de garantir as remessas.

Finalmente, è importante enfatizar que a feminização das migrações è produto também de uma maior visibilidade da mulher no contexto contemporâneo, motivada sobretudo pela introdução do enfoque de gênero nas pesquisas acadêmicas e na compreensão etiológica dos deslocamentos populacionais. De fato, até o final dos anos setenta, as principais teorias migratórias – estruturalistas e neoclássicas – focavam a agência do trabalhador homem ou os fatores estruturais enquanto determinantes dos fluxos, negligenciando a especificidade da presença feminina nas dinâmicas migratórias. Nos últimos anos, no entanto, em decorrência dos aportes dos movimentos de promoção da igualdade de gênero, das mudanças do mercado de trabalho e do aumento quantitativo da migração feminina, foram introduzidos nas pesquisas acadêmicas critérios analíticos *gender sensitive,* o que permitiu reconhecer a presença e o protagonismo da mulher migrante, bem como sua peculiaridade na estruturação das dinâmicas migratórias dos fluxos contemporâneos.

HR: Tendo em vista as pesquisas do professor, comente sobre a *teologia das migrações* e sua importância no trabalho dos agentes das pastorais migratórias.

RM: Nos últimos anos a questão religiosa tem se tornado um assunto cada vez mais debatido no âmbito das migrações internacionais. É suficiente lembrar os atentados do dia 11 de setembro de 2001 e, mais recentemente, os atentados de Paris; a decisão do Tribunal Estadual de Colônia, na Alemanha, em 2012, de proibir a circuncisão masculina enquanto lesão corporal – decisão

posteriormente modificada mediante uma emenda de lei; a assim chamada "lei anti-mesquitas" da região Lombardia, na Itália, em 2015, que cria numerosos empecilhos à ereção de novos locais de culto; a proibição do uso do véu em todos os lugares públicos na França e na Bélgica, em 2010, proibição posteriormente validada pela Corte Europeia dos Direitos Humanos.

As migrações internacionais estão contribuindo a diversificar o campo religioso de numerosos países. Esse pluralismo religioso gera novos desafios. Contrariamente à opinião de muitos líderes políticos ocidentais, o que está em jogo não é a laicidade do Estado, e sim a capacidade de reconhecer e acolher o outro. De fato, é em nome da laicidade que devem ser reconhecidos os direitos de todas as denominações religiosas, bem como a liberdade de religião e de culto.

É neste contexto que se insere a *Teologia das Migrações* enquanto reflexão sobre o fenômeno migratório à luz da revelação cristã. Trata-se de uma área de reflexão teológica bastante recente, mas extremamente rica, que visa interpretar as dinâmicas migratórias na ótica dos valores evangélicos e, ao mesmo tempo, repensar os mistérios da tradição cristã a partir das interpelações das migrações internacionais. Desta forma, são valorizadas e aprofundadas categorias teológico-pastorais como libertação, diálogo ecumênico e inter-religioso, interculturalidade, acolhida, solidariedade, bem comum, direitos humanos, distribuição universal dos bens e, sobretudo, a luta contra a idolatria do dinheiro e do imperialismo. A reflexão da Teologia das Migrações alimenta o compromisso sócio-pastoral de numerosas igrejas na promoção dos direitos dos migrantes.

HR: Quais as aproximações e distanciamentos de temas como: *memória* e *meio ambiente* nos estudos migratórios?

RM: O tema do meio ambiente está sendo muito debatido em âmbito migratório. Acredita-se que nos próximos anos aumente muito o número dos assim chamados *deslocados ambientais*, pessoas obrigadas a fugir de suas terras por razões relacionadas com desastres naturais, mudanças climáticas ou alterações ambientais provocadas por projetos de desenvolvimento. Na realidade, muitos desses "desastres" são frequentemente antrópicos e, em outros casos, o estopim de uma condição de vulnerabilidade que tem pouco ou nada a ver com o meio ambiente. Como tem demonstrado uma recente pesquisa do prof. Ricardo Ojima em relação à migração de nordestinos brasileiros residentes em lugares afetados pela seca, a ausência de programas de transferência de renda têm mais impacto na migração do que a ocorrência de estiagem. Diante desse quadro, debate-se em nível mundial sobre o status

jurídico desses "migrantes forçados" ou "refugiados ambientais", que mesmo passando por situações "análogas" aos refugiados estatutários não são aparados por instrumentos internacionais de proteção. Nas palavras de Daniel Loewe, "quem deve pagar o preço" pela degradação do meio ambiente e pela "produção" de refugiados ambientais?

A questão da *memória* é um tema central nas dinâmicas migratórias, aprofundado sobretudo por antropólogos, historiadores e psicanalistas. A memória está frequentemente relacionada com as lembranças da terra de origem, uma terra abandonada por opção ou por necessidade, uma terra que abriga os principais referenciais identitários. Após o deslocamento o migrante é chamado ao sofrido e, por vezes, traumático processo de ressignificação simbólica de si mesmo, das relações e do mundo. Trata-se, não raramente, de um novo "nascimento". Tal processo, como sustenta Marc Augé, pode implicar o esquecimento do passado, enquanto condição de integração no novo contexto. Por outro lado, a recuperação da memória contribui a dar sentido ao evento migratório e, sobretudo, a dar sentido ao presente, pois fazer memória significa sempre representar o passado a partir do presente, com suas recordações e suas amnésias. Principalmente em contextos de violência e exploração, a memória representa uma forma de resistência diante de estruturas de opressão, bem como um cominho para reelaborar e ultrapassar os traumas "indizíveis".

HR: As migrações despertam diversos interesses entre as áreas do conhecimento, cada uma com a especificidade que é própria do seu campo lança inúmeros olhares interpretativos sobre os movimentos migratórios. Sendo assim, como - com quais dimensões, temas, categorias analíticas, diálogos interdisciplinares - os pesquisadores, sobretudo os historiadores, têm abordados as migrações em suas pesquisas?

RM: Os processos migratórios só podem ser analisados de forma adequada a partir de uma ótica interdisciplinar. Stephen Castles, por exemplo, sublinha a necessidade de enraizar a reflexão acerca da mobilidade humana em uma abordagem mais ampla das mudanças sociais na sociedade contemporânea. Nesta ótica se torna determinante a interdisciplinaridade enquanto pressuposto analítico. Além disso, vários autores, entre os quais Sandro Mezzadra, ressaltam a necessidade de repensar as categorias analíticas utilizadas pelos pesquisadores nos estudos migratórios: categorias como migrações forçadas/voluntárias, emigrante/imigrante, migrante/estrangeiro ou migrantes documentados/clandestinos se tornam cada vez mais abstratas e, sobretudo,

confusas num contexto de progressiva complexificação das dinâmicas migratórias.

Neste contexto, as recentes pesquisas tendem a superar uma ótica demasiado economicista, para ampliar o leque de estudo sobre os processos migratórios – como no caso das teorias das redes ou do transnacionalismo – e, sobretudo, buscam interpretar o migrante não apenas como vítima ou mero "produto" de dinâmicas externas, e sim como construtor de sua história: mesmo nas situações mais difíceis e desafiadoras, as pessoas em mobilidade não perdem sua *agency*, sua resiliência, sua capacidade de elaborar estratégias de sobrevivência e inclusão social.

HR: Palavras e/ou considerações finais:

RM: Alguns anos atrás, após a queda do muro de Berlim, a conhecida expressão "aldeia global" transmitia a ideia de que, em tempos de globalização, haveria uma tendência generalizada em eliminar fronteiras e derrubar muros. A *cidadania global* estaria se sobrepondo às cidadanias nacionais. Na realidade, o planeta, apesar da retórica oficial, continua extremamente fragmentado, com barreiras cada vez mais capilares e seguras: barreiras entre o Norte e o Sul, entre os bairros ricos e aqueles pobres, entre os incluídos e os excluídos dos benefícios da modernidade, entre os nacionais e os estrangeiros.

O caminho alternativo é, nas palavras de Bauman, o caminho da "mixofilia": o "desejo de misturar-se com as diferenças, com os que são diferentes de nós, pois é muito humano, natural e fácil de entender que se misturar com os estrangeiros abre a vida para aventuras de todo tipo, para as coisas interessantes e fascinantes que poderiam acontecer". Ou, na visão de Marc Augé, o caminho da "mobilidade do espírito": a capacidade de deslocar-se no tempo e no espaço, de sair de seu ambiente, de seu tempo, de sua 'toca cultural', para promover o encontro com outras culturas, outros povos, outras religiões. Esta é a utopia. E precisamos dela, não para realizá-la, mas para orientar e reinventar a nossa caminhada de seres humanos.

Respondida via e-mail no dia: **28.05.2015**